

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA

e-DOC 1CC5FADF
Proc 00600-00027696/2025-18-e

PROCESSO: 00600-00027696/2025-18-e

PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO Nº 129/PG/CMPV/2025

INTERESSADO: DAF/CMPV - DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MATERIAL DE CONSUMO – EXPEDIENTE, PARA UTILIZAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO.

Ilustre Presidente,

À Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa foram encaminhados os autos do processo **00600-00027696/2025-18-e**, para análise e parecer relativo à possibilidade jurídica de contratação através de dispensa licitatória.

Trata-se de processo referente a **Contratação de empresa especializada em bens de material de expediente** para atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho pelo período de 12 (doze) meses a contar do corrente mês. Conforme especificações e quantidades estabelecidas no **Termo de Referência Nº 85BDD458**, em seu Anexo.

No decorrer da instrução processual, minutou-se o termo de referência e demais documentos legais exigidos, incluindo o relatório de cotações. A estimativa de consumo ficou estimada em R\$ 54.575,00 (cinquenta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco reais).

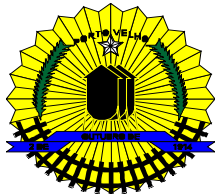
Em sua manifestação, o Setor de Compras opinou que a compra fosse efetivada mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Por sua vez, a Presidência solicitou desta Procuradoria a análise jurídica e posterior manifestação técnica.

Quanto à possibilidade de contratação mediante dispensa licitatória, a Lei nº 14.1333, de 1º de abril de 2021 aumentou os valores limites para contratação por dispensa de licitação, conforme se depreende da leitura do artigo 75 da referida lei:

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
PROCURADORIA

e-DOC 1CC5FADF
Proc 00600-00027696/2025-18-e

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade

Nesse cenário estão inseridas as contratações diretas em razão do baixo valor, aquelas cujos valores devem ser inferiores a R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) no caso de obras e serviços de engenharia e R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), para contratação no caso de outros serviços e compras.

Compulsando os autos, verifica-se que o MENOR VALOR para a contratação foi de R\$ 54.574,90 (cinquenta e quatro mil quinhentos e setenta e quatro reais noventa centavos), apresentado pela empresa A.C.F MOREIRA - ME, CNPJ nº 14.410.553/0001-27. Ressalta-se que os valores estão dentro dos limites legais estipulados para dispensa licitatória, e a documentação das empresas estão regulares e juntadas aos autos.

Considerando que o processo está devidamente instruído e a despesa possui previsão orçamentária, esta Procuradoria manifesta-se pela possibilidade jurídica da contratação por **DISPENSA**, desde que o mesmo item não tenha sido objeto de contratação nos últimos 12 meses, nem esteja previsto para ser adquirido nos próximos 12 meses, de forma a se evitar o fracionamento indevido de despesa.

À Controladoria para parecer técnico.

É o Parecer, s.m.j

Porto Velho, 17 de setembro de 2025.

ROSEMERI PROENÇO
Procuradora-Geral Adjunta da CMPV
DECRETO Nº 337/CMPV-2025

Procuradoria da Câmara Municipal de Porto Velho
Rua Belém, 139, Embratel, Porto Velho, Rondônia, CEP 76.820-734
www.portovelho.ro.leg.br | (69) 3217-8012



Assinado por **Rosemeri Proenço** - Procuradora Geral Adjunta - Em: 17/09/2025, 08:49:50